

DEZEMBRO 2014

Diretor:  
João Dias da Silva

Jornal  
**online**  
Federação Nacional  
da Educação

## ÍNDICE

**P.2, P.3, P.4, P.5, P.6** - CONSELHO GERAL APROVA PLANO E ORÇAMENTO PARA 2015 E DEBATE ORIENTAÇÕES POLÍTICAS PARA O FUTURO

**P.7** - SECRETARIADO NACIONAL DEFINE ORIENTAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS

**P.8** - INSPECÇÃO-GERAL DA EDUCAÇÃO DEVERÁ DESEMPENHAR UM PAPEL MAIS ABRANGENTE

**P.9** - FNE OUVIDA NA COMISSÃO PARLAMENTAR DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

**P.10, P.11, P.12, P.13, P.14, P.15** - MENSAGENS DOS PRESIDENTES



fne

## Conselho Geral aprova plano e orçamento para 2015 e debate orientações políticas para o futuro

O Conselho Geral da FNE reuniu no Porto no dia 29 de novembro, tendo debatido a situação social, económica e política, tendo ainda aprovado o Plano de Atividades e o Orçamento para 2015.

Nesta reunião, o Conselho Geral fez um largo debate sobre múlti-

plas matérias de política educativa, tendo dado especial atenção às questões da transferência de competências para os Municípios, aos próximos concursos de docentes, às ofertas de formação profissional, mas tendo sublinhado fortes preocupações em relação às matérias da excessiva

dimensão do desemprego e do combate que deve ser mantido com vista à sua redução. Também as questões da estabilidade e da segurança de emprego estiveram presentes no debate que este Conselho Geral proporcionou.

FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

# Conselho Geral



Foi aqui debatida com realce a questão da **requalificação profissional**, com especial incidência para a grave situação para que estão remetidas neste momento centenas de trabalhadores do Instituto de Segurança Social, e com uma total desconsideração quer pelo importante e necessário trabalho que neste âmbito tem vindo a ser realizado, quer ainda pela impossibilidade de, embora havendo soluções locais para evitar a requalificação, estas estejam a ser ignoradas por diretrizes centrais cegas. Foi aqui manifestada a plena adesão da FNE à contestação que neste domínio está a ser desenvolvida pela FESAP.

Nesta reunião, foi ainda referida a necessidade de se proporem soluções que evitem de todo que quaisquer docentes, por muito residual que seja o seu número, sejam encaminhados para o regime de requalificação profissi-

onal, a partir de 1 de fevereiro de 2015.

Esta reunião do Conselho Geral debateu longamente as questões ligadas ao processo de **alargamento de competências transferidas para os Municípios**, tendo sido apoiada a estratégia que tem vindo a ser desenvolvida pelo Secretariado Nacional, a saber:

- o alargamento de competências não pode abarcar, nem seleção, nem recrutamento, nem gestão de docentes;
- a seleção, recrutamento e gestão dos trabalhadores não docentes deve pertencer às escolas, nos termos de quadros definidos centralmente, de acordo com rácios que respeitem as especificidades dos edifícios, do seu horário de funcionamento, da população escolar e das respetivas ofertas educativas;

- os Municípios não podem ser beneficiários de nenhum esquema de cálculo de eficiência de gestão de recursos humanos, até pelo simples facto de não poderem intervir no âmbito da respetiva gestão;

- a transferência de competências não pode diminuir o espaço de autonomia das escolas e dos seus profissionais, nomeadamente em termos de gestão do currículo e de prestação de contas sobre a sua operacionalização;

- a autonomia das escolas e dos seus profissionais deve ser alargada e confirmada, nas áreas que lhe dizem respeito;

- a transferência de competências e o alargamento de competências locais deve ser realizado para os conselhos municipais de educação, os quais devem ter novo enquadramento legal, quer em termos de competências, quer de composição.

# TODOS PELA EDUCAÇÃO



Em relação aos **concursos de docentes de 2015**, as intervenções reforçaram a defesa do princípio de antecipação do respectivo calendário, evitando-se a todo o custo situações comparáveis às que marcaram a abertura do presente ano letivo. Foi sublinhada a necessidade de serem determinadas com rigor as dotações dos quadros das escolas, quer em termos de docentes, quer de não docentes, tendo sido relevada com ênfase a importância de as escolas disporem de equipas multidisciplinares de combate ao abandono escolar e de promoção do sucesso educativo, devendo estes lugares estar plenamente preenchidos no momento da abertura do ano letivo. A orientação a defender deve consistir na meta de que os lugares de quadros estejam

preenchidos em 30 de junho de 2015, seguindo-se as operações de mobilidade e depois a resposta às necessidades temporárias.

Outra matéria que esteve em debate nesta reunião foi a da precariedade que marca as **escolas profissionais**, nomeadamente por ausência de um contrato coletivo de enquadramento dos seus trabalhadores, os quais em muitas circunstâncias têm estado sujeitos ao vínculo precário que representa o uso dos denominados “recibos verdes”. Foi sublinhada a importância de muito rapidamente se avançar com a negociação de um CCT para o setor, o qual não poderá deixar de ter em linha de conta as respetivas especificidades, em muitas circunstâncias ligadas a ofertas de formação temporárias

e garantidas por financiamentos comunitários.

Também esteve presente neste debate a questão da organização dos anos letivos, tendo sido fortemente **criticada a localização, no final do mês de maio, das provas nacionais dos 1º e 2º ciclos**. As intervenções referiram a necessidade de ser definida uma outra localização para estas provas, para além de dever ser reequacionada a lógica de construção temporal dos anos letivos.

Esta reunião do Conselho Geral foi presidida pelo Presidente da FNE, Jorge Santos, tendo ainda aprovado, nos termos estatutários, as propostas plano de atividades e de Orçamento para 2015, propostos pelo Secretariado Nacional.

Em termos de plano de atividades, regista-se o elenco de áreas de intervenção para 2015 definido pelo Conselho Geral, em cumprimento das normas e orientações que foram determinadas pelo Congresso de maio passado:

A FNE entende que no ano de 2015 se deve bater por:

**1** Em articulação com outras Entidades Sindicais, nomeadamente a UGT e a FESAP,

**a.** descongelamento das progressões em carreira, no mais breve espaço de tempo,

**b.** reposição integral dos vencimentos de Docentes e de Não Docentes,

**c.** eliminação da sobretaxa de IRS,  
**d.** diminuição significativa da carga fiscal que se abate sobre trabalhadores, aposentados e pensionistas,

**e.** diminuição do valor da comparticipação para a ADSE,

**f.** alteração do regime de acesso à aposentação, tendo em conta a duração das carreiras contributivas e o desgaste profissional que lhe estiver associado,

**g.** atualização dos valores de ajudas de custo e do subsídio de deslocação em viatura própria e exigência de aplicação da lei em vigor.

**2** Revisão do regime de tempo de trabalho na Administração Pública, com o teto máximo das 35 horas semanais.

**3** Consideração do desgaste profissional dos Educadores de Infância e dos Professores do 1º ciclo do ensino básico, através da redução da respetiva componente letiva.



**4** Revisão do regime do tempo de trabalho docente, com retificação da distribuição dos conteúdos das componentes letiva e não letiva.

**5** Revisão da organização do tempo de trabalho dos educadores de infância e dos professores do 1º ciclo do ensino básico, com a consideração específica dos tempos de intervalo como tempo de trabalho efetivo.

**6** Revisão do regime do tempo de trabalho dos docentes do ensino básico e do ensino secundário, estabelecendo limites para a atribuição do número de turmas e níveis, cargos pedagógicos e número de alunos.

**7** Extensão às turmas do ensino secundário regular das normas constantes da legislação em vigor

para os alunos com necessidades educativas especiais, em termos de número de alunos por turma.

**8** Contagem do tempo de serviço prestado por Educadores de Infância em Creche e ATL.

**9** Revisão do regime de calendário escolar dos Educadores de Infância, harmonizando-o com o dos restantes Docentes.



**10** Revisão dos Estatutos das Carreiras Docentes do Ensino Superior Universitário e Politécnico, estabelecendo os mecanismos de vinculação nos casos em que a legislação o impõe.

**11** Dotação dos quadros dos agrupamentos e das escolas não agrupadas com os recursos humanos indispensáveis ao seu funcionamento, com redefinição dos rácios respetivos.

**12** Promoção de medidas destinadas a garantir a qualidade do ensino português no estrangeiro, com redefinição dos atuais rácios de recursos humanos e tempos lectivos.

**13** Combate à precariedade laboral e promoção do emprego no setor da Educação, em todos os níveis, incluindo o ensino português no estrangeiro,

**a.** assumindo o combate ao recurso aos CEI's substitutivos de postos de trabalho permanente;

**b.** exigindo a aplicação das normas comunitárias quanto aos limites temporais de duração de contratos a termo certo.

**14** Revisão do regime de concursos de docentes, com efeitos nos concursos para o ano letivo de 2015/16.

**15** Revisão das carreiras da administração pública, com restabelecimento das carreiras de trabalhadores não docentes da Educação.

**16** Revisão dos regimes de avaliação de desempenho de docentes e não docentes.



**17** Revisão do regime de ensino português no estrangeiro, com efetiva e plena equiparação dos respetivos docentes aos que trabalham em Portugal, nomeadamente em termos de direitos concursais.



**18** Estabelecimento de ofertas formativas que garantam o direito ao acesso a formação contínua para todos os trabalhadores da Educação, Docentes e Não Docentes.

**19** Promoção de CCT's que abrangam os Trabalhadores das Escolas Profissionais e das Escolas de Ensino Superior Privado.

**20** Revisão do elenco das doenças profissionais dos trabalhadores do setor da Educação e a promoção das normas legislativas que as considerem e respeitem.

# Secretariado Nacional

## Secretariado Nacional define orientações sobre transferência de competências para os Municípios

No passado dia 10 de dezembro reuniu-se, em Lisboa, o Secretariado Nacional da FNE com uma agenda onde o ponto forte era a análise e discussão sobre o processo de transferência de competências para os Municípios, tendo sido realizado um debate sobre as informações que são conhecidas até ao momento sobre este processo.

Apesar de ainda serem escassas as informações disponíveis a FNE considera desde já fundamental que nesta matéria sejam asseguradas um conjunto de matérias e que este processo seja objeto de um amplo consenso político e social em relação aos seus conteúdos.

Consideramos por isso fundamental garantir que: - o alargamento de competências não pode abarcar, nem seleção, nem recrutamento, nem gestão de docentes; - a seleção, recrutamento e gestão dos trabalhadores não docentes deve pertencer às escolas, nos termos de quadros definidos centralmente, de acordo com rácios que respeitem as especificidades dos edifícios, do seu horário de funcionamento, da população escolar e das respetivas ofertas educativas; - os Municípios não podem ser beneficiários de nenhum esquema de cálculo de eficiência de gestão de recursos humanos, até pelo simples facto de não poderem intervir no âmbito da respeti-

va gestão; - a transferência de competências não pode diminuir o espaço de autonomia das escolas e dos seus profissionais, nomeadamente em termos de gestão do currículo e de prestação de contas sobre a sua operacionalização; - a autonomia das escolas e dos seus profissionais deve ser alargada e confirmada, nas áreas que lhes dizem respeito; - a transferência de competências e o alargamento de competências locais deve ser realizado para os conselhos municipais de educação, os quais devem ter novo enquadramento legal, quer em termos de competências, quer de composição.



## Inspeção-Geral da Educação deverá desempenhar um papel mais abrangente

---

A FNE esteve reunida com a equipa da Inspeção – Geral da Educação e Ciência, onde debateu uma série de questões relativas ao sistema educativo e a alguns problemas que recentemente têm sido identificados e que estão relacionados com a área de intervenção da IGEC.

No encontro, que se realizou a 11 de dezembro, na sede da IGEC, tivemos oportunidade de apresentar a nossa perspetiva sobre o papel e a importância desta entidade para o sucesso do sistema educativo. Houve igualmente espaço para ficarmos a conhecer a sensibilidade deste organismo face ao trabalho que têm vindo a desenvolver.

A FNE considera que a inspeção é um elemento básico, estruturante e que deve contribuir para um sistema educativo de qualidade com respeito pelo cumprimento das normas estabelecidas. Somos por isso favoráveis à existência de uma inspeção eficiente, reconhecida, valorizada, dignificada e dotada dos recursos necessários ao seu pleno funcionamento e atividade.

Nesta reunião a FNE aproveitou para manifestar a sua oposição relativamente à norma que

obriga à participação de professores, como instrutores, em processos disciplinares a outros colegas. Consideramos que esta situação é de difícil gestão no domínio pessoal, no domínio ético, e por isso estamos contra esta metodologia que está inscrita no Estatuto da Carreira Docente. A FNE considera que deve proceder-se a uma alteração nesta metodologia.

Finalmente, quisemos trazer para o debate a questão da avaliação externa das escolas, onde defendemos que a IGEC deve atuar numa perspetiva colaborante e dialogante com as direções das escolas, no sentido de as ajudar a ultrapassar as dificuldades que forem encontradas. Entendemos que a avaliação externa das escolas não pode servir, exclusivamente, uma metodologia que assinala o que há de negativo. Consideramos que à IGEC caberá certamente um papel construtivo e que vai no sentido de também valorizar o que de bom acontece nas nossas escolas.

Por último, assinalamos como muito positivo este encontro onde pudemos convergir na opinião de que a IGEC ter de atuar como elemento de apoio e de favorecimento do trabalho das escolas



## FNE ouvida na Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura

---

O secretário-geral da FNE foi ouvido, a 17 de dezembro, na Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura, na Assembleia da República, no âmbito de uma auscultação a diversas entidades com o objetivo de preparar um conjunto de orientações estratégicas com vista à adoção de políticas públicas para promoção da natalidade, a proteção das crianças e o apoio às famílias.

Nesta oportunidade, a FNE defendeu que, em termos educativos há um importante trabalho a desenvolver, no domínio daquilo que é a oferta da Educação para a Infância. Apesar de Portugal

estar bem posicionado, quando comparado com outros países da Europa, em termos de oferta para crianças a partir dos quatro anos de idade, há no entanto necessidade de intensificar o esforço no sentido de garantir o acesso à escola das crianças a partir dos três anos.

Nesta audição na Assembleia da República a FNE intensificou essa reivindicação e alertou para a necessidade de essa oferta ser assegurada por profissionais qualificados. Defendemos que em termos de apoio educativo neste nível de ensino é fundamental garantir a presença de equipas multidisciplinares com formação adequada.



# Mensagens dos Presidentes

Natal 2014



## Lucinda Manuela Dâmaso – SPZN

O ano de 2014, que agora termina, foi um ano repleto de grandes desafios para a FNE. A nível interno é de salientar o Congresso onde foram eleitos os novos Corpos Sociais e aprovado um Plano de Ação, ambicioso, para o quadriénio de 2014/2018, e que será o fio condutor de toda a ação sindical, nestes quatro anos. Este foi, sem dúvida, um momento alto da vida da FNE neste ano de 2014.

Em matéria de negociação é de salientar o Acordo, obtido com a AEEP, no que diz respeito ao Contrato Coletivo de Trabalho para os Trabalhadores do Ensino Particular e Cooperativo. Com este Acordo impediu-se que muitos educadores e professores fossem para o desemprego. A manutenção do emprego foi, para a FNE, o princípio fundamental que levou à assinatura deste Acordo.

No processo negocial com o MEC, e apesar de todas as insistências e propostas da FNE, sobre várias matérias, em especial a da organização do tempo de trabalho, ficámos muito aquém do que seria justo. No entanto, foram obtidas conquistas, entre as quais a não atribuição da componente letiva a todos os docentes que aguardavam o despacho ao pedido de aposentação; a dispensa, para milhares de professores e educadores contratados, da realização da PACC foram, entre outras, grandes conquistas, fruto do trabalho e do modo de estar da FNE no movimento sindical: o da negociação e do compromisso.

Para o Novo Ano de 2015 formulo os votos de que continuemos a acreditar que somos capazes de, com a nossa ação sindical, contribuir para melhores e mais dignas condições de trabalho para os MILHARES DE PROFESSORES E EDUCADORES que representamos.



## José Ricardo - SPZC

### Lutar por uma escola mais humanizada

No final de mais um ano e com a entrada do novo ano de 2015 os educadores e professores portugueses não encontram motivos para uma satisfação plena do exercício da profissão. Pelo contrário encontram-se esgotados e desmotivados.

A profissão deixou de ser atrativa, nomeadamente, pela degradação do estatuto profissional e das condições de trabalho com que se deparam.

Com as carreiras congeladas há anos, os salários degradados pelos cortes impostos nos últimos cinco anos, a sobrecarga fiscal que asfixia os rendimentos do trabalho e o agravamento das condições de trabalho, o ambiente em torno do exercício da profissão docente tornou-se preocupante.

A auto estima dos educadores e professores é baixa e sentem que a sociedade não os reconhece convenientemente. A escola tornou-se num espaço onde reina a burocracia imposta pelos burocratas do sistema educativo e o tempo esgota-se numa teia complexa de procedimentos administrativos que em nada acrescenta de mais-valia ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos. As turmas cresceram em número de alunos e cresceram também em número dos que nada querem da escola senão perturbar e boicotar os que por ela se interessam. O alargamento da escolaridade obrigatória para os dezoito anos agravou esta situação e os problemas de indisciplina e violência dentro do espaço escolar tornaram-se uma evidência da convivência escolar. A escola não sabe como responder a esta faixa de alunos desinteressados do currículo que lhes é oferecido. A escola por si só e com a falta de recursos com que se debate dificilmente encontrará resposta para este grave problema sócio educativo.

Hoje temos mais escola mas temos menos ensino e menos respostas educativas, não pelos professores, mas pelas opções políticas tomadas nesta última década.

Enquanto movimento sindical cumpre-nos continuar a dar voz a todos os problemas e a lutar por mudanças no nosso sistema educativo. Queremos uma escola melhor para os alunos que a frequentam, mas queremos também uma escola melhor e mais humanizada para os que nela trabalham.



## Conceição Alves Pinto - SDPGL

Estamos a terminar um ano e prestes a iniciar um outro.

Este período traz-nos à memória o que consideramos relevante do caminho percorrido.

Ora a memória é em grande parte reconstrução do significado que atribuímos ao que vivemos.

A tendência, muitas vezes, é centrar a nossa atenção no que não se cumpriu, e não darmos importância ao que conseguimos realizar.

Também é mais fácil valorizar o que conseguimos acrescentar ao que já tínhamos. Nem sempre damos valor ao que temos, ao que conseguimos manter ou ao que conseguimos não perder.

Ora o tempo que vivemos, em que muita coisa esteve em risco de se perder, é um tempo em que devemos apreciar o que conseguimos não perder. E é nesse campo que se inscreve muito do que conseguimos, que, podendo saber a pouco, é muito grande.

Neste transitar de ano lançamos também um olhar para o ano que se abre diante de nós.

Que o ano de 2015 seja um ano de realização profissional, e pessoal para cada um de nós e de um desabrochar para uma vida mais plena de todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos com quem somos chamados a trabalhar.



## Gilberto Pita - SDPM

Que neste Natal renasça a semente de um Portugal mais justo e menos desigual.

Que a esperança multiplique empregos.

Que os que vivem e constroem a ESCOLA do nosso país, continuem a ser o modelo de confiança e o porto de abrigo que ancora e dá esperança às populações.

Que os docentes e, os que com eles laboram, em prol da Educação, tenham um Ano Novo repleto de justo reconhecimento do seu importante empenho na educação construtiva de um futuro melhor.



## José Pedro Gaspar - SDPA

O Presidente da Direção do Sindicato Democrático dos Professores dos Açores deseja a todos os educadores de infância, professores, formadores e investigadores votos de um Santo Natal em família, e um próspero Novo Ano, pleno de saúde e felicidades pessoais e profissionais.



## Josefa Lopes - SDPSUL

A classe docente tem vivido momentos particularmente difíceis nos últimos anos. A intransigência dos governos em alterar o rumo das políticas educativas tem acentuado gravemente o mal-estar que se vive nas nossas escolas. Apesar deste sentimento negativo, a ação sindical tem sido muito importante para minimizar os efeitos nefastos das medidas que o MEC pretende incrementar, mantendo viva a esperança por um futuro que terá de ser necessariamente melhor.

Assim, é importante continuarmos todos juntos a mostrar a mesma união e a mesma força com persistência. Com esta sentida mensagem o SDP Sul deseja um Feliz Natal e um excelente 2015.



## Teresa Soares - SPCL

2014 – Um ano para lamentar

Em apenas 3 anos do atual Governo, a Educação regrediu em moldes nunca registados antes, com os professores e pessoal não docente cada vez mais sobrecarregados, mais mal pagos e em precariedade constante, além de serem alvo de catastróficas medidas ministeriais, entre as quais se destacam a PACC e um concurso de professores com colocações e recolocações feitas de modo tão irresponsável que mais parecia os docentes serem peças inanimadas num jogo sem regras do que seres humanos merecedores de um mínimo de respeito.

No mundo da Educação e da Ciência saltam à vista a regularidade e a tenaz persistência dos cortes que, aliados ao constante aumento de desemprego, estão a gerar um desenquadramento social em espiral crescente e com consequências gravíssimas no futuro.

A descredibilização da educação pública e dos seus agentes é um ato diário, sistematicamente levado a cabo pelas entidades que, em princípio, as deveriam proteger.

Também no Ensino Português no Estrangeiro a destruição está na ordem do dia. Encerraram-se cursos e perderam-se mais de 10.000 alunos em apenas 3 anos. Os luso-descendentes foram impedidos de aprender a sua língua de origem, transformada em língua estrangeira para melhor se adequar às exigências de uma tutela que soube cobrar propina mas não quis proporcionar um ensino de qualidade, com cada vez mais alunos ensinados por cada vez menos professores, visto já terem sido despedidos mais de 200.

Neste quadro negro, os Sindicatos continuam a exercer a sua missão, denunciar injustiças e arbitrariedades e defender os direitos dos seus associados, missão cada vez mais difícil, devido à conjuntura agressivamente negativa mas, exatamente por isso, cada vez mais indispensável. Esperemos que em 2015 possamos escrever não só com giz branco mas também usar o verde, símbolo da esperança que ainda não perdemos.



## Carlos Guimarães – STAAE Zona Norte

Mais um ano chega ao fim. É tempo de revermos ações, de nos parabenizarmos pelas nossas conquistas e de reequacionarmos formas de agir, no sentido de chegarmos cada vez mais longe.

É neste contexto que sublinhamos a importância do Contrato Coletivo de Trabalho que celebramos este ano, em julho, com a AEEP e onde estão explicitamente definidos os conteúdos funcionais de cada categoria, para além de termos conseguido a mais significativa valorização salarial para os Trabalhadores Não Docentes. Parece-nos ainda importante destacar que o patamar mínimo de remuneração passou agora a situar-se acima do salário mínimo nacional, para estes trabalhadores, do setor privado.

Lembramos também que, no âmbito da nossa reivindicação para a definição das dotações dos Técnicos da Educação nas Escolas, o Ministério da Educação, numa reunião de 8 de setembro, comprometeu-se a envolver os STAAEs na definição da nova portaria regulamentadora dos rácios, para ter efeito ainda durante o presente ano letivo.

Mas olhemos em frente! Com esperança, recebamos um novo ano, encarando os problemas como novos desafios e oportunidades de mudança positiva.

Que o espírito natalício faça brotar em nós a coragem, a determinação e a sabedoria para seguirmos pelos trilhos certos, em busca de novas realizações.

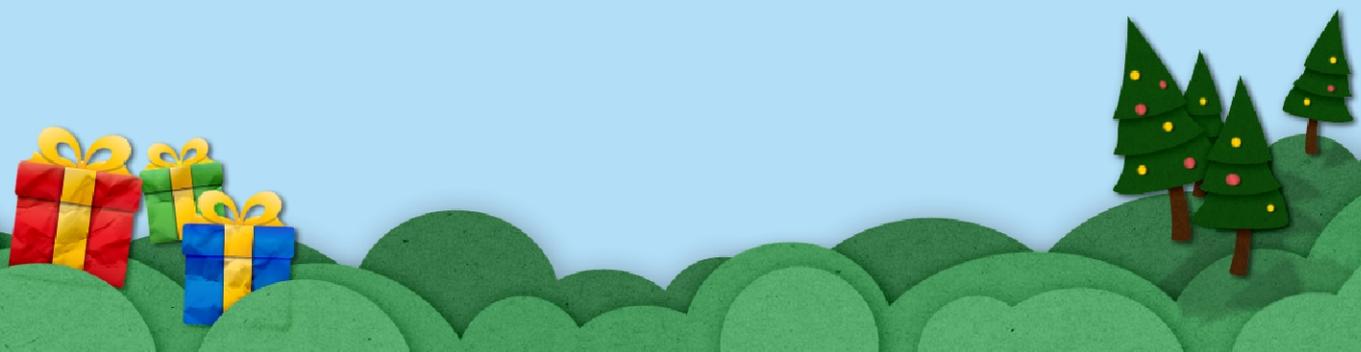
Centraremos a nossa ação na adoção de critérios comuns para os procedimentos de recrutamento, com reconhecimento pela especificidade das profissões na área da Educação, valorizando desde logo a formação realizada e a experiência acumulada.

Lutaremos pela regulamentação dos procedimentos de mobilidade entre escolas. Apostaremos fortemente na identificação das necessidades permanentes dos nossos contextos educativos, de acordo com o estabelecido na nova portaria que acerrimamente defendemos. Acompanharemos o processo de transferência dos nossos trabalhadores para as Autarquias, com vista a eliminar a perturbação existente decorrente da dupla tutela entre o Ministério da Educação e os Municípios. Defendemos a negociação de um Acordo Coletivo de Trabalho, tendo em atenção a definição de conteúdos funcionais específicos para as carreiras, os perfis de competências e referenciais de formação para os técnicos da educação, a duração e o tempo de trabalho.

Temos fortes ambições. Prosseguimos em direção a uma Escola de qualidade, com trabalhadores valorizados e dignificados.

Rumo ao sucesso, consideramos, nesta fase, a possibilidade de uma nova e ampla parceria com todos os Trabalhadores Não Docentes. Fica aqui nosso voto e nosso compromisso de estarmos juntos no ano novo que se aproxima, cheio de novas oportunidades de conquista.

Feliz Natal e um Próspero Ano Novo!





## João Ramalho - STAAE Zona Centro

O Natal dos trabalhadores da Administração Pública

A época de Natal para além das suas referências religiosas, tem atualmente uma vertente comercial da qual muito dificilmente se libertará.

É por demais evidente que esta vertente comercial foi um produto de marketing que o comércio, sem darmos conta, nos impôs, montras do comércio com alusões ao período festivo, mas igualmente cheias de objetos apelativos, a dizer, comprei-me, e a publicidade inerente a qualquer meio de comunicação social, a ser difundida na altura e no momento certo.

E aqui está instalado o drama dos trabalhadores deste país, nomeadamente os da Administração Pública que desde 2011 não têm aumento salarial, antes pelo contrário cortes no mesmo, incluindo o subsídio de natal, facto que se vem refletir nesta época natalícia, e questionamo-nos porquê?

Porque o marketing económico que estruturou o nosso pensamento e modo de vida, desde a queda da ditadura, com a atribuição de um subsídio de natal e facilidades inerentes aos cartões de crédito, habituou-nos a sermos mais amigos dos outros nesta época natalícia, através da oferta de prendas, em síntese, integração total na sociedade de consumo.

Estará esta vontade de oferecer prendas errada? Presumimos que não. O que está errado é a mensagem de abundância que os políticos/ governantes nos transmitiram, ao longo destes anos de integração na União Europeia, mensagem habilmente aproveitada pelo mundo económico, que nos enredou nas suas facilidades de crédito.

Em conclusão

O que nós trabalhadores da Administração Pública não queremos, é voltar a sofrer cortes salariais, pela prática de políticas irresponsáveis, o que queremos é simplesmente que os políticos/governantes sejam sinceros e honestos nas suas campanhas eleitorais, para assim podermos saber com que Natal é que podemos contar.

Mesmo que não possamos dar prendas aos familiares e amigos, como desejaríamos, os votos sinceros de Boas Festas, apesar de serem só palavras valem por muitas prendas.

Boas Festas



## Cristina Ferreira - STAAE Sul e Regiões Autónomas

O Staae Sul e Regiões Autónomas associa-se ao espírito da quadra desejando Festas Felizes a todos os Trabalhadores da Educação e suas famílias bem como Ano Novo com os votos de boa saúde e as melhores perspetivas de êxito pessoal e profissional.

### Decreto-lei n.º 176/2014, de 12 de dezembro – DR n.º 240 – Série I

Procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 27/2006](#), de 10 de fevereiro, à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 139/2012](#), de 5 de julho, e à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 79/2014](#), de 14 de maio, determinando a introdução da disciplina de Inglês no currículo, como disciplina obrigatória a partir do 3.º ano de escolaridade, bem como à definição da habilitação profissional para lecionar Inglês no 1.º ciclo e à criação de um novo grupo de recrutamento.

### Decreto Legislativo Regional n.º 23/2014/A, de 28 de novembro – DR n.º 231 – Série I

Procede à criação de novos índices remuneratórios para os docentes contratados a termo resolutivo nas escolas públicas do Sistema Educativo Regional.



**FICHA TÉCNICA**  
dezembro 2014

**proprietário**  
Federação Nacional da Educação

**diretor**  
João Dias da Silva

**editor**  
Pedro Barreiros

**produção de conteúdos**  
Fátima Martins e Paulo Amadeu

**secretariado**  
Teresa Morais e Teresa Burnay

**sindicatos membros**  
Sindicato dos Professores da Zona Norte \*  
Sindicato dos Professores da Zona Centro \*  
Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo \*  
Sindicato Democrático dos Professores do Sul \*

Sindicato Democrático dos Professores dos Açores \*  
Sindicato Democrático dos Professores da Madeira \*  
Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas \*  
Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte \*  
Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro \*  
Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

**responsável administrativo e financeiro**  
Joaquim Fernandes

**redação**  
Rua Costa Cabral, 1035 \* 4200-226 Porto \*  
tel. 225073880 \* fax. 225092906 \*  
secretariado@fne.pt

**produção gráfica e paginação**  
Rafael Marques

